



Para sentir orgulho é preciso estar vivo

Junho é o mês do Orgulho LGBTQIA+ e o Maré de Notícias apresenta uma edição especial sobre a potência de vida, de afeto e luta para que os direitos desta população sejam respeitados também nos espaços periféricos

Observatório de Violência LGBTQIA+ na Maré vai coletar e analisar dados sobre violações de direitos às quais esta população é submetida

PÁGINA 3

Depoimentos revelam como a população trans enfrenta discriminação e preconceito em sua luta diária por uma educação formal

PÁGINAS 4 E 5

Moradores da Maré abraçam a comunidade LGBTQIA+ e pessoas em situação de vulnerabilidade

PÁGINA 6

Direito de sonhar

Miss Beleza Trans do Brasil e cria do Jardim Catarina, bairro de São Gonçalo, Eloá Rodrigues parte para a Tailândia em busca da coroa de Miss Internacional Queen 2022.

PÁGINA 11

RICARDO GOMES



ACERVO PESSOAL / RANIERY SOARES



Representatividade

A esfera política é um dos espaços nos quais a busca pelo respeito ao princípio dos direitos iguais é uma batalha diária e incansável; personalidades LGBTQIA+ deixaram sua marca na história, mas ainda há muito por que lutar.

PÁGINAS 14 E 15

EDITORIAL

Para ter orgulho é preciso estar viva, vivo, vive. Para viver em sociedade é preciso respeitar. A edição especial do Mês do Orgulho LGBTQIA+ busca externalizar a resistência e luta diária que coletivos e indivíduos constroem há décadas na Maré e nas outras periferias do Rio de Janeiro.

Nossa 137ª publicação desde o início do Maré de Notícias é, ao mesmo tempo, igual e diferente das outras. Igual porque estamos, mais uma vez, contando histórias de gente que ama, abraça, trabalha, estuda e circula pelos becos, ruas e vielas das 16 favelas que compõem o bairro. Diferente porque, infelizmente, vivemos no país que mais mata LGBTQIA+ do mundo e ainda é extraordinário colocar essas vivências no centro do debate.

Nosso objetivo é destacar narrativas de pessoas marcadas pelas violações sofridas diariamente, desde o ambiente familiar até a rua. Mas ao convidá-las para escrever com a gente - temos diversos repórteres convidados na edição -, a ideia é permitir que cada um fale por si e não somente retratar as suas cicatrizes. Não há espetacularização, há partilha. Não estamos abordando o exótico, pelo contrário. Nosso tema é o cotidiano. E a cada momento da vida de quem escreve ou de quem lê, o mais importante é a liberdade de existir e ser.

Assim como as outras, esta edição trata de corpos que costuram cultura, cidadania, lutam pelo direito à cidade e à plena cidadania. Corpos diversos. Potentes. Dignos. E não somente em junho. Somos aliados na luta por direitos durante o ano inteiro. E ser aliado não é somente destacar as cores do arco-íris uma vez ao ano, e sim acompanhar as pautas, cobrar políticas públicas e denunciar sempre que necessário as mais diversas formas de discriminação presentes na sociedade.

Desejamos que cada mareense receba a edição com muita saúde. Caso queira conversar com a gente, esse canal pertence a você. Pode chamar no WhatsApp: (21) 97271-9410 e compartilhe sua sugestão, reclamação ou elogio. Desejamos uma ótima leitura e agradecemos por nos receber na sua casa ou onde quer que te encontremos.

CHARGE - NANDO MOTTA E BÁRBARA AIRES



ALÔ MORADOR! ESTE ESPAÇO É SEU. ENVIE SUA POESIA, FOTO, RECEITA OU PIADA.

☎ (21) 97271-9410

maredenoticias@gmail.com

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO:

redes da maré

PARCERIA:

actionaid

MARÉ
DE NOTÍCIAS

R. Sargento Silva Nunes, 1012
Nova Holanda - Maré
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21044-242
www.mareonline.com.br
maredenoticias@gmail.com
contato@maredenoticias.com.br

APOIO:

16 Associações de Moradores da Maré

EDITORA EXECUTIVA E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Jéssica Pires

EDITORES
Matheus Affonso
Tamyres Matos
(Mtb 32434/RJ)

COORDENADORES DE DISTRIBUIÇÃO:

Joe Lins
Lenny Aquino
Lucas Frederico Brandão
Thuany Vieira Nascimento

DISTRIBUIDORES:

Cristiane dos Santos
Jonathan Ribeiro Da Cruz
Pedro de Oliveira
Renata Gomes Pereira da Costa
Ricardo Heleno Mendes
Thuany Vieira Nascimento
Vagner Moreira Pires
Valdemir Gomes da Cunha Júnior

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Camila Felipe
Dayana Gusmão
Gabriel Horsth
Jean Carlos Azuos
Raniery Soares
Veridomar da Glória
Vitor Felix
FOTOGRAFIA
Douglas Lopes
Matheus Affonso
Gabi Lino

REVISÃO

Julia Marinho
PROJETO GRÁFICO
Mórula_Oficina de ideias
DIAGRAMAÇÃO
Filipe Almeida

IMPRESSÃO

Parque gráfico da Infogloblo
TIRAGEM
50 mil exemplares

OS ARTIGOS ASSINADOS NÃO REPRESENTAM A OPINIÃO DO JORNAL.

PERMITIDA A REPRODUÇÃO DOS TEXTOS, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Acompanhe o **Maré de Notícias** na internet!



@maredenoticiasoficial



@maredenoticias



@MareNoticias



(21) 97271-9410



contato@maredenoticias.com.br



www.mareonline.com.br

GARANTA O SEU JORNAL!

O Maré de Notícias é entregue de porta em porta nos 47 mil domicílios das 16 favelas da Maré. Se por acaso não chegar na sua casa, avise-nos pelo WhatsApp (21) 97271-9410, via redes sociais (@maredenoticias) ou ainda pelo email contato@maredenoticias.com.br e confira se na associação de moradores de sua favela não tem um exemplar para você. Ajude-nos a melhorar nossa distribuição! Contamos com todos os mareenses!

Observatório de Violência LGBTQIA+ na Maré

Conexão G aposta na coleta de dados para demandar políticas públicas para favelas e espaços periféricos

GABRIEL HORSTH

Viver no Brasil sendo uma pessoa LGBTQIA+ é tarefa árdua, pois o país segue líder no ranking mundial de assassinatos de membros dessa comunidade. Segundo o Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTQIA+ no Brasil, houve um aumento no número de assassinatos de 2020 para 2021 de 33,3%, resultando em mais de 316 mortes de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais e intersexos ao longo do último ano. O levantamento feito conjuntamente pela Acontece Arte e Política LGBTQIA+, pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Intersexos (ABGLT) surge de uma base de dados que levanta anualmente os registros de violências em vários veículos de comunicação do país. Contudo, quem coleta os dados de violência contra LGBTQIA+ dentro das favelas?

O propósito do Observatório de Violência LGBTQIA+ na Maré, do Conexão G, grupo fundado em 2006 por **Gilmarara Cunha**, é exatamente compreender melhor esta situação no contexto do maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro. Sendo assim, a ideia é produzir e analisar dados acerca das violações de di-

reitos e violências às quais esta parcela da população é sistematicamente submetida. O projeto tem parceria com o Data_Labe, a Coding Rights e o projeto Direito em Pretuguês, além do apoio do Instituto Raça e Igualdade, da Fundação TideSetubal e do Fundo Brasil de Direitos Humanos.

Gilmarara Cunha, de 36 anos, atua na área dos direitos civis LGBTQIA+ desde 2006, quando fundou a primeira ONG LGBTQIA+ do Brasil em uma favela, o Grupo Conexão G. Desde então, ela conta que um dos principais desafios enfrentados é incentivar a construção de políticas públicas que atendam o direito da população LGBTQIA+ favelada, já que não há coleta de dados sobre as violações de direitos que crianças, jovens e adultos enfrentam nesses territórios. “Queremos que esses corpos existam dentro do território da favela com segurança”, afirma.

Coordenadora do primeiro Centro de Cidadania LGBT (CCLGBT da Maré) de uma favela no Brasil, Gilmarara reconhece que, por muito tempo, os movimentos de favelas não se organizaram para esse tipo de ação: “A gente não tem o costume de sistematizar essas violências. E quando a gente evidencia, garante o mínimo de política

ALINE MASSUCA/METROPÓLE



Viver e ser apesar das estatísticas: país é líder no ranking mundial de assassinatos de pessoas LGBTQIA+ pública. Sabendo que, ainda assim, não é o ideal”.

Outro grande desafio que o projeto enfrenta se dá na relação com as vivências individuais de cada pessoa que relata sua história em forma de denúncia. “A gente tem pensado muito no autocuidado para assegurar a coleta dos dados e um atendimento humanitário”, diz a ativista.

Espaço de cuidado

Os grupos focais são espaços de reflexão, denúncia e autocuidado direcionados às pessoas LGBTQIA+ das 16 comunidades do conjunto de favelas da Maré. Cada grupo atendido pelo Observatório participa de uma formação sobre direitos humanos básicos, previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo conhecimento é essencial, especialmente para pessoas LGBTQIA+ de favelas e a grupos sociais oprimidos.

Emily da Cruz, de 25 anos, e **Vinícius Silva**, de 26 anos, trabalham para reunir as evidências a serem apresentadas ao poder público e, assim, demandar políticas públicas efetivas e direcionadas para essa população LGBTQIA+. A dupla conta que o projeto é uma oportunidade de fazer algo em prol das populações faveladas.

Vinícius explica que o Observatório busca entender as múltiplas realidades da população LGBTQIA+ na Maré: “Nós nos deparamos com

histórias de não violência que enriquecem o projeto. Faz a gente perceber que a forma como o Estado vê a gente é limitada. Também conseguimos ser felizes no território, com nossos corpos e com a dura vida que temos”. Emily, por sua vez, ressalta que a coleta de dados é algo novo e um desafio, ao ressignificar essas histórias. “A gente tenta gerar uma transformação para essas realidades; o Observatório é uma possibilidade de manutenção de vida digna”, reflete a jovem.

O projeto busca produzir incidência política - organização da sociedade civil que pressiona pela formulação de políticas públicas - através de mecanismos de proteção dos direitos humanos e órgãos que tenham participação nas tomadas de poder e que, eventualmente, possam somar no coro pelas recomendações definidas após as análises dos dados coletados. O trabalho dos pesquisadores vai se estender até o segundo semestre deste ano, e o dossiê final visa dar visibilidade aos crimes cometidos dentro de espaços marginalizados e ocupados por organizações criminosas. “Os assassinatos em favelas devem ser registrados como crime de homofobia”, diz Gilmarara. O dossiê com a análise final dos dados será lançado em 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos.



WALLACE LIND

Grupo Pantera de Teatro do Oprimido em frente ao espaço do Conexão G

Quem tem medo das pessoas T na escola?

Se a evasão escolar expõe a desigualdade social em populações periféricas, ela é mais acentuada e cruel para pessoas trans e travestis, que precisam lidar com o preconceito em sala de aula

VITOR FELIX

A permanência e continuidade dos estudos para pessoas LGBTQIA+ no país é dificultada por inúmeros fatores, muitos deles ancorados no preconceito e nos problemas de aceitação durante a convivência social com alunos e alunas desses grupos. Homens e mulheres trans e travestis, além de outras pessoas dentro da comunidade LGBTQIA+, desde a infância têm sua presença restringida no ambiente escolar e, ao longo da trajetória acadêmica entre as séries, abandonam os estudos para não mais retornarem aos bancos escolares, como mostra um estudo de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mas, desse dado surge o questionamento: *quem tem medo de pessoas T na escola?*

Não é fácil responder à questão, mas é perceptível que o medo de algum tipo de violência é sentido constantemente por pessoas transexuais e travestis no ambiente acadêmico, como consta no relatório de 2016 da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABGLT). Segundo esse levantamento, mais de 54% de estudantes transexuais escutam de outros estudantes, com frequência, comentários ofensivos que questionam sua identidade de homem ou mulher trans, além de ridicularizarem seus estilos de vida, comportamentos e modos de ser.

MATHEUS AFFONSO



Acolhimento é importante para que pessoas trans e travestis avancem em suas trajetórias, tanto academicamente como na vida; na foto, alunos da Escola Fundação Roberto Marinho

O relatório registra ainda que apenas 16% dos professores interferem nos ataques verbais dos estudantes, enquanto mais de 53% dos profissionais da educação nunca reagem às ofensas que alguns estudantes dirigem aos alunos e alunas trans/travestis. Muitas vezes, é a própria solidariedade de outros alunos na defesa contra o assédio e o preconceito sexual e de gênero que ajudam a amenizar a trajetória das pessoas trans ao longo de sua vida escolar.

Abandono escolar em dados gerais

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) data de 1996 e, em seus primeiros artigos, é defendida a universalidade da educação no território nacional. Porém, a realidade nos mostra que o cumprimento dos arti-

gos da LDB está distante de se tornar realidade. O índice de 11 milhões de analfabetos no país é uma das marcas na falha da garantia de oferta ampla do direito básico à educação, como revela um estudo de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo a pesquisa, 51,1% dos homens e mulheres adultos maiores de 25 anos (incluindo pessoas analfabetas) nunca concluíram o ensino médio, muitos jamais retornarão para uma sala de aula, abrindo margem para outros problemas sociais. O estudo divulgou pela primeira vez dados sobre a evasão escolar. Das 50 milhões de pessoas de 14 a 29 anos do país, 20,2% (ou 10,1 milhões) não completaram alguma das etapas da educação básica, seja por terem abandonado a escola, seja por nunca a

terem frequentado. Desse total, 71,7% eram pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas.

Os resultados mostraram ainda que a passagem do ensino fundamental para o médio acentua a evasão escolar, uma vez que aos 15 anos o percentual de jovens quase dobra em relação à faixa etária anterior, passando de 8,1%, aos 14 anos, para 14,1%, aos 15 anos. Os maiores percentuais, porém, se dão a partir dos 16 anos, chegando a 18% aos 19 anos ou mais.

Segundo o IBGE, o principal motivo declarado para o abandono da educação formal pelos jovens do país foi a necessidade de trabalhar, apontada por 39,1%, seguido pelo não interesse (29,2%). Em relação às pessoas que se identificam com o gênero masculino, 50% disseram precisar trabalhar e 33%



MATHEUS AFFONSO

Ludmylla decidiu retomar seus estudos em 2021. Além dos desafios gerais, pessoas trans lutam contra as barreiras da discriminação de gênero

relataram não ter interesse. No caso das mulheres, o principal motivo foi não ter interesse em estudar (24,1%), seguido de gravidez e trabalho (ambos com 23,8%). Além disso, 11,5% das mulheres elegeram realizar os afazeres domésticos como principal motivo de terem abandonado ou nunca frequentado escola, enquanto para homens este percentual foi inexpressivo (0,7%).

Discriminação que limita

Localmente, a dificuldade no convívio social de estudantes trans/travestis com outros alunos é apenas mais um fator que impacta a vida escolar dessas pessoas. Na Maré, historicamente há poucas escolas que oferecem o ensino médio, reduzindo ainda mais as possibilidades de escolha e transferência de uma escola para outra, nos casos de perseguições e assédio. De acordo com o Censo Maré (2019), há 44 escolas no conjunto de favelas da Maré; no entanto, cinco delas oferecem do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e somente três ofertam o ensino médio, sendo duas apenas aulas noturnas.

Os ataques diários, que impactam tanto o físico quanto o psicológico do estudante LGBTQIA+, se somam à falta de aulas em dias de confronto armado e mais a necessidade de ajudar na renda familiar, resultando no aumento do abandono dos estudos por parte de muitas pessoas T.

Ludmylla de Souza, 28 anos, é uma mulher trans que decidiu retomar seus estudos em 2021.



Prestes a concluir o ensino médio, ela conta como foi abandonar a escola e, dez anos depois,

retornar à sala de aula. “Parei com 16 anos porque comecei a trabalhar e não conseguia conciliar o emprego com a escola. Ficou muito difícil e cansativo, por isso desisti de estudar. As firmas pedem o certificado do ensino médio completo e, por isso, fiquei impedida de trabalhar onde é obrigatório esse diploma”, relata.

Além de ficarem para trás na conclusão do ciclo básico de educação, pessoas trans ainda enfrentam o preconceito de muitas empresas, que recusam currículos e não dão oportunidades de empregos formais para essa população. Diante do pouco nível de formação escolar, o cenário piora ainda mais.

A solução para esse problema passa pela transformação do ambiente escolar. Ludmylla é aluna da Escola Fundação Roberto Marinho, que, em parceria com a Redes da Maré, oferece ensino para jovens e adultos (EJA) e já formou mais de 400 estudantes mareenses nos últimos anos no ensino fundamental e médio. A

estudante conta, ainda, que deseja fazer faculdade de gastronomia nos próximos anos para realizar seu sonho de se tornar uma cozinheira diplomada.

Do outro lado da sala de aula encontramos profissionais como **Aline Araújo**, de 33 anos, professora da turma na qual estuda Ludmylla, que é sua primeira aluna trans.



Aline representa outra perspectiva possível para estudantes trans: uma caminhada com acolhimento e tratamento respeitoso no ambiente escolar.

“No primeiro dia de aula, ela se apresentou como uma mulher trans. Minha ação imediata foi observar os outros alunos e identificar algum olhar preconceituoso sobre ela. Mas não houve. Alguns já a conheciam e quem não sabia quem Ludmylla era a tratou com afeto e cuidado, inclusive no uso correto do pronome ao se referir a ela”, contou a professora.

Para Aline, é importante aumentar a inclusão para que a convivência com pessoas trans seja vista, cada vez mais, como um processo natural nos mais diversos ambientes sociais. “Acredito que deva ser difícil pra ela estar em um local onde ninguém mais vive essa realidade. Seria ainda mais acolhedor se outras pessoas trans pudessem estar na sala, e importante para ela e para tantos outros que desistiram da escola por inúmeros motivos. Outro fator que provoca esse abandono, além da não aceitação de alguns, é a falta de acolhimento de alguns atores da escola, principalmente integrantes do corpo docente”, explica.

A professora acredita que a falta de políticas públicas no campo da educação resulta na ausência de pessoas trans/travestis nas instituições de ensino do país. “Minha aluna tanto ensina sobre respeito, empatia e afeto só de estar sentada ali, naquela cadeira, como também ocupa um lugar que, por direito, também é dela”, acredita.

Por uma Maré solidária e livre de preconceitos

Moradores abraçam o movimento LGBTQIA+ e pessoas em situação de vulnerabilidade

HÉLIO EUCLIDES

De um lado, uma população em situação de rua que aumenta a cada dia. Do outro, desabrigados de enchentes que devastaram cidades da Bahia e do Rio, como Petrópolis. Em comum, todas necessitam do básico, como água potável, comida e vestuário. Com a ausência de ações efetivas do poder público, dezenas de iniciativas da sociedade são organizadas para minimizar o sofrimento dessas famílias. O Maré Sem Preconceito é uma delas. O grupo, além de levar alegria na organização da Parada Gay da Maré, ajuda também pessoas que precisam do mínimo para viver, em uma corrente de solidariedade.

Alberto Araújo Duarte, mais conhecido como Beto, é a liderança do coletivo Maré Sem Preconceito. Ele realiza há 15 anos a Parada Gay na Vila do João. No evento, é comum a coleta de alimentos não perecíveis para socorrer aqueles que são afetados pela pobreza extrema. Mas o grupo de dez amigos quis mais: Eles desejavam fazer algo nos outros dias do ano para mudar a situação de quem mais precisa. Com a pandemia, o olhar recaiu sobre as pessoas desempregadas e em situação de rua. Foi assim que surgiu a campanha que leva quentinhas de sopas e risotos para esta parcela da população durante a noite, em diversos lugares da ci-

dade.

A visibilidade das ações veio com a arrecadação e entrega de doações para moradores da Bahia, que sofreram com as chuvas. As enchentes também fizeram o grupo se comover e se unir a diversas instituições, entre elas a Maré Solidária, para a atuação em Petrópolis. “Comecei com um vídeo gravado no meu salão, falando da solidariedade aos desabrigados da Bahia. Daí conseguimos um caminhão de doação de engradados de água e cestas básicas. Depois foi a campanha para as pessoas que perderam as casas após as chuvas de Petrópolis, aí já foram três caminhões de engradados de água e roupas”, lembra Beto.

Com essas ações, o grupo virou referência para as pessoas, que continuaram a doar de comida até móveis, como máquinas de lavar e de costura. A última coleta foi para moradores de Duque de Caxias. O coletivo ainda faz o mesmo trabalho em conjunto com algumas ações sociais dentro da Maré. “É um sentimento muito bom quando dedicamos um domingo a uma ação social, oferecendo um corte de cabelo ou a possibilidade de conseguir um documento. Cada vez percebo que gosto de ajudar”, diz.

Para montar as quentinhas, o grupo recebe doações de moradores e comerciantes como o Mercado Globo, que cede



Beto é a liderança do coletivo Maré Sem Preconceito e organiza a Parada Gay na Vila do João

legumes. Com essa teia de solidariedade é possível ajudar de 200 a 250 pessoas em situação de rua. Outras ações são o oferecimento de café da manhã, água, agasalhos e roupas em geral. “É marcante para mim, quando visitamos a Rua da Regeneração, ver que as travestis se sentem fortalecidas com a nossa missão. O segredo é amar o que faz, seja um evento de brincadeiras e alimentos nos Dia das Crianças, a euforia da Parada Gay ou o trabalho como cabeleireiro, profissão na qual estou há 33 anos”, expõe.

Quem desejar doar alimentos, garrafas d’água, cobertores, roupas e calçados, o ponto de entrega fica na Rua Dezoito, número 134, Vila do João, ou pode agendar a coleta pelo WhatsApp (21) 99283-8497.

Além de uma Parada Gay

No dia 18 de setembro, a debutante Parada Gay da Maré completará 15 anos. Esta edição, como sempre, começará com uma feira de saúde, a partir das 12h, com apoio da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), do Grupo Pela Vidda, do Centro Municipal de Saúde da Vila do João e da Clínica da Família Ministro Adib Jatene. A primeira Parada Gay do Brasil dentro de uma favela terá concentração às 14h. “Nosso diferencial é que fazemos um encontro de família, nunca tivemos problema de briga ou pornografia. Por isso, na nossa festa é possível ver crianças”, diz Beto, lembrando que, como sempre, haverá coleta de alimentos não perecíveis.

Saúde e lesbianidade favelada: onde estão os avanços?

Números do atendimento básico em saúde na Maré demonstram alcance significativo; no entanto, há muitas queixas em relação aos cuidados da saúde sexual para mulheres lésbicas e bissexuais

CAMILA FELIPPE E DAYANA GUSMAO

O Censo Maré de 2019 revelou que, dos 140 mil moradores mareenses, pouco mais da metade se autodeclara mulher. Como não é possível saber quantas são lésbicas, a Coletiva Resistência Lésbica da Maré, em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF), iniciou em 2019 o pioneiro Mapeamento Sociocultural e Afetivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Favelas.

Entre outros dados, a pesquisa mostrou que 81% das mulheres tiveram acesso ao atendimento na Clínica da Família; porém, também revelou que, para a população de lésbicas, além das dificuldades cotidianas causadas pela precarização do Sistema Único de Saúde (SUS), existe ainda o preconceito expressado por profissionais de saúde durante o atendimento. Os processos de lesbofobia são intensos; muitas mulheres relataram que exames preventivos lhe foram negados.

"O atendimento para a população LGBT na Maré em geral é ruim. Aconteceu comigo, mais de uma vez, ser maltratada na recepção. Sou mulher cis sapatão, mas minha estética não é feminina. Já me senti desconfortável durante o atendimento ginecológico, principalmente quando são ho-

mens a atenderem. Minhas amigas lésbicas, em geral, pagam consulta com o dinheiro que quase não têm pra receber um atendimento um pouco melhor e, mesmo assim, às vezes os profissionais agem de modo lesbofóbico. Definitivamente, o atendimento em saúde para a lésbica na Maré não é acolhedor", desabafa uma mareense de 33 anos, que prefere não divulgar sua identidade.

LGBTfobia institucionalizada

Em algumas das rodas de conversa promovidas pela Coletiva Resistência Lésbica da Maré, as mulheres contam que, mesmo não se relacionando sexual e afetivamente com homens, ainda assim escutam repetidamente perguntas sobre métodos de contracepção usados, além de a elas serem ofertados preservativos masculinos. Em alguns casos, as mulheres pediram orientação sobre processos de inseminação artificial via SUS e os profissionais ignoravam as formas de acesso ao serviço.

"Já fui obrigada a fazer um teste de gravidez durante a realização de um exame de IST (infecção sexualmente transmissível). Falaram que era protocolo, mesmo eu explicando que não me relacionava com homens", conta uma mareense de 24 anos que também



Coletiva Resistência Lésbica da Maré iniciou mapeamento sociocultural em parceria com a UFF

preferiu manter o anonimato.

A LGBTfobia nos serviços de saúde é reflexo de um problema estrutural nacional. O país, segundo o Observatório de Mortes e Violências LGBTQIA+ no Brasil, é o que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo: em 2021, foram 300 vítimas, ou 1 a cada 29 horas.

Outro dado preocupante é que, das mortes mapeadas pelo Grupo Gay da Bahia no ano de 2021, 24% cometeram suicídio por sofrerem violências LGBTfóbicas. No caso das lésbicas, as violações mais comuns que levam as mulheres a tirarem a própria vida são estupros e expulsão de casa. O Mapeamento Sociocultural e Afetivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Maré apontou que a violência de cunho lesbofóbico vem de dentro de casa, tendo como autores membros de suas famílias.

Pensando a ampliação dos dados sobre a saú-

de e vivência das lésbicas de favelas cariocas, a deputada Renata Souza (PSOL/RJ), assessorada pela Coletiva Resistência Lésbica da Maré, protocolou o projeto de lei nº 4572/2021 que, se aprovado, cria o Dossiê Sociocultural-Afetivo Anual de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de Favelas no Rio de Janeiro, com o intuito de reunir mais dados para embasar políticas públicas de saúde, educação e assistência social.

"A população mareense sempre esteve em luta por direitos. As lésbicas, mulheres bissexuais, pessoas transmasculinas, pessoas transfemininas e todas as populações divergentes da Maré aprenderam desde cedo este modo de luta e não estão de bobeira também sobre os próprios direitos. Nenhum direito a menos", defende a Coletiva Resistência Lésbica da Maré.

Gaymado Resiliência

Ensaio fotográfico apresenta narrativas do 'gaymado', versão do(a) queimado(a) praticado(a) por jovens LGBTQIA+

O ensaio fotográfico *Gaymado Resiliência* (2013-2015) ressignifica a brincadeira infantil que atingiu o auge da sua popularidade nos anos 1990 e início dos anos 2000. A prática do esporte por um grupo dentro do espectro de identidades LGBTQIA+, mas completamente diverso entre si, ilustra a resiliência destas pessoas diante das vulnerabilidades sociais. O fotógrafo responsável pelo ensaio é Veri-VG, formado pelo programa *Imagens do Povo*, do Observatório das Favelas.

O "gaymado" é uma narrativa potente na construção da visibilidade, sociabilidade, pertencimento, participação, alegria, leveza e cidadania. Cada uma destas características torna-se ferramenta diante das vulnerabilidades e da LGBTFOBIA. São representações potentes para ilustrar o protagonismo da população LGBTQIA+ com a proposta de ressaltar, ainda, a necessidade de políticas públicas variadas para disseminar a prática de esportes entre LGBTs nas periferias cariocas.





Corpo-festa: cultura LGBTQIA+ como encantamento

JEAN CARLOS AZUOS

A Igreja diz: O corpo é uma culpa.

A ciência diz: O corpo é uma máquina.

A publicidade diz: O corpo é um negócio.

O corpo diz: Eu sou uma festa.

Eduardo Galeano

Eu sei e faço coro à Jota Mombaça quando ele diz que “o mundo é 'nosso' trauma”, mas quero pensar e reverenciar aqui a produção de vida que temos para além — e apesar — do mundo. Elaborar uma retomada de consciência do corpo como ferramenta e mecanismo de sobrevivência que se propõe a erguer e projetar vida(s). Elencar por esta escrita as múltiplas existências que figuram e protagonizam sentidos, para que esta discussão se estenda e se perpetue por entre materialidades e visualidades dialogadas com as vastas dimensões dos corpos que celebram, vibram e exalam encantamentos.

Em perspectiva, não posso deixar de refletir nos corpos LGBTQIA+ de favelas e, a partir destes, mobilizo espelhamentos sensíveis, considerando as circunstâncias contemporâneas nas quais essas realidades existem e acontecem, de modo a ser resiliente. Pisamos no mesmo chão, e bem sei sobre as violências que exigem de nós poder de reinvenção e proteção, diante de um cenário extremamente opressor e violento no qual as problemáticas de ser/existir se colocam ainda mais latentes e nas mais delicadas e terríveis formas.

Eu poderia espelhar dados, narrativas assombrosas, contar as numerosas cenas de morte e medo,

porque todas essas coisas são de extrema importância para as reivindicações políticas que assentam nas nossas presenças e sua manutenção no aqui e agora, no presente. Entretanto, tenho-me inspirado e preciso falar sobre o brilho de cada uma delas, das que já foram, das que seguem conosco e das que nascem todos os dias.

A *Noite das Estrelas*, das elegantes e irreverentes irmãs Lino, deliciosamente e de forma precisa me convoca a ter este pensamento. Cada corte desse filme me encharca de lucidez e coragem sobre o tempo no qual operamos, nos laços e nas alianças que fazemos, na busca incessante e cansada dos nossos sinônimos de vida, que diariamente conjuramos e desenterramos por conta de memórias, ancestralidades, arquivos, orações, canto, dança e ritos.

Pelo caminho vamos nos fortalecendo através de instituições como a Conexão G, representada pela fortaleza Gilmara Cunha e uma equipe que mobiliza e sinaliza intervenções contundentes no campo dos direitos humanos, camadas essenciais que se conjugam as celebrações que evocamos; a Casa Nem, referência em acolhida e políticas existenciais para pessoas travestis, pelas quais luta com empenho Indianarae; e a Casa Resistência e as pessoas que a tornam possível — um espaço novo, mas de extrema importância para pessoas lésbicas.

É possível também localizar projetos, subjetividades, artistas, ativistas, produtores e importantes movimentos que oxigenam e ampliam a cultura LGBTQIA+, dando horizonte aos

MATHEUS AFFONSO



desejos e formas às práticas, que se pretendem estabelecer novas relações com as territorialidades, os encontros e fomentar pautas que traduzem as diversidades que nos compõem e revestem.

As minhas vivências enquanto curador movem um campo adensado de costuras com os assuntos elencados nestas linhas, sendo possível dialogar e conar as situações e encaminhamentos por meio de um mergulho artístico, aguçado de percepções para essas interseções a partir de poéticas de artistas. Jota Mombaça, nome que abre caminho para esse texto, generosamente nos provoca a seguir em carta aberta endereçada aquelas que “vivem e vibram apesar do Brasil”.

Conduzo então, as cos-

turas por entre as profecias de Ventura Profana, porque “eu não vou morrer”, e nem nós. Confortando estrategicamente o corpo com os ensaios de confronto de Patfudyda e Davi Pontes, nas frases inquietantes de Agrippina R. Manhattan criando deslocamentos, atendo incêndios visuais junto às Irmãs Brasil, na evocação de futuros concretos e erguendo bandeiras com Guilhermina Augusti. São muitas as possibilidades, e elas só crescem.

Isto, para afirmar que não somos filhos e filhas da ilusão, e sequer sacudidas pelo vento. Projetaremos nesse tempo espiralar ficções (im) possíveis para o futuro que nos pertence, encorajadas por aquilo que se faz real em cada esquina, favela, cidade, festa, ball, sexo, bar, terreiro, igreja e além.

Juventude periférica e trans representada do outro lado do mundo

Moradora de São Gonçalo, Eloá Rodrigues disputa na Tailândia a coroa de Miss Internacional Queen 2022

SAMARA OLIVEIRA

A juventude negra, periférica e transexual do Brasil será representada na Tailândia, no dia 25 de junho, pela beleza de **Eloá Rodrigues**, hoje nossa Miss Beleza Trans do Brasil. Aos 29 anos (carregando a faixa há um ano e meio), Eloá é cria do Jardim Catarina (São Gonçalo), e vai concorrer com mais 23 candidatas à coroa de Miss Internacional Queen 2022.

“Desde quando entrei de fato no mundo Miss eu já imaginava os desafios e percalços que teria que enfrentar, simplesmente por ser uma travesti negra. Ouvi e ouço muitos insultos, de pessoas dizendo que ser miss não era para mim. Eu ousei sonhar”, escreveu ela, em sua conta no Instagram.

Às vésperas de embarcar para realizar o sonho de conquistar a coroa internacional, Eloá conta com o apoio de amigos e familiares que acompanharam sua trajetória. Mais do que a performance no palco, os jurados avaliam a oratória das candidatas e, segundo a concorrente gonçalense, como as competidoras se comportam durante os 12 dias de confinamento que antecedem a grande noite. Os desfiles acontecerão em trajes de gala, de banho e mais um traje típico do país de origem da candidata.

Caso se consagre campeã, Eloá ganhará, além do título e da coroa, um prêmio em dinheiro e presentes dos patrocinadores do evento. No entanto, a miss revela que quer mais que isso, sendo um corpo trans e negro saindo do país para lutar pelos próprios sonhos:

“Tenho a responsabilidade de representar de forma positiva a minha comunidade. Compreendo que estou pavimentando um caminho de possibilidades reais, para que toda a sociedade consiga enxergar corpos pretos e LGBTQIA+s de forma humanizada. Fazer parte dessa transformação me dá a certeza de que estou no caminho certo. Espero que as portas para oportunida-



MATHEUS ALENCAR

des profissionais de fato se abram e mais pessoas possam concretizar trajetórias como a minha”, diz.

Nos países asiáticos, o evento poderá ser visto pela TV; para outras partes do mundo, ele será transmitido pelo canal oficial do YouTube e do Facebook do Miss Internacional Queen.

Beleza Trans Brasil

Além do passaporte e tudo o que precisa para brilhar, Eloá leva na bagagem um sonho que começou há sete anos, além das merecidas conquistas: duas faixas de Miss T Brasil pelo estado do Rio de Janeiro, em 2019 e 2020. No primeiro ano, alcançou a décima colocação no Miss T Brasil.

“Entre no mundo miss no início da minha transição; foi um processo que aconteceu em paralelo. Quando vi a Valesca Ferraz vencendo o Miss Beleza Trans do Brasil em 2014 (a primeira vitória de uma trans negra), vislumbrei a possibilidade de acessar esse espaço, com a certeza dentro de mim que o mundo miss mudaria minha vida. A partir de 2015, passei a me inscrever todos os anos para representar meu estado, mas sempre fui recusada,

com o argumento de que ‘não tinha um perfil de miss’”, lembra.

Os retornos negativos não fizeram com que Eloá desistisse. Em 2019, com o surgimento de uma nova franquia do Miss Beleza Trans do Brasil, ela tentou novamente — não só foi aceita, como ganhou o título.

Rompendo com estereótipos

Quando se trata de corpos-padrão, há a ideia preconcebida de que uma concorrente ao título de miss é apenas um rosto bonito. Diante de uma sociedade estruturalmente racista, essa lógica não se aplica a pessoas como Eloá.

Além de atriz e modelo, Eloá é graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), presidiu por três anos o Conselho Municipal LGBT de Niterói, além de ter sido secretária de Igualdade Racial no Grupo Diversidade Niterói (GDN).

Militante pelos direitos das pessoas negras LGBTQIA+, ela é frequentemente alvo de ataques nas redes sociais. O mais grave e de maior repercussão aconteceu depois que Eloá foi coroada Miss Beleza Trans do Brasil, em 2020. Logo depois, a página oficial do concurso no Instagram se encheu de comentários de cunho racista (inclusive de uma das candidatas, que acabou em quinto lugar).

Na mesma rede social, Eloá também já compartilhou, em seu perfil, postagens dos chamados *haters* (pessoas que publicam no perfil de alguém xingamentos e comentários grosseiros) apontando uma unha não feita ou seu rosto ao natural, sem maquiagem, e até mesmo a falta de extensões no cabelo. De maneira leve e humanizada, Eloá mostrou-se à altura da coroa que carrega: respondeu às críticas dizendo que “a vida não é estar montada o tempo todo, é correria, mas também é descanso”.

Visibilidade trans e travesti é sobre respeito à vida

Em um país com preocupantes índices de violência transfóbica, normalizar corpos e vivências diversas é uma luta diária, urgente e de todos

TAMYRES MATOS

A discussão sobre a transexualidade ganhou o mundo nos últimos anos. Seja em novelas da TV Globo (o personagem Ivan em *A força do querer*) ou em séries de sucesso da Netflix, a vivência transgênero entrou para a pauta de debates e para a agenda cultural. Mas isso está longe de ser suficiente. Para

Indianara Siqueira, transvestigênera* presidente do grupo Trans-revolução e fundadora e coordenadora



do espaço de acolhimento CasaNem, o tópico mais urgente deste momento (ainda) de pandemia é a sobrevivência da comunidade trans frente ao cenário de degradação social.

“A experiência de abandono nós já temos desde a epidemia de Aids. Nós conhecemos bem o distanciamento social e físico da sociedade héterocis-normativa. Aliás, é o que a gente mais sabe fazer. E isso acontece por conta da nossa segurança física mesmo, além da situação com o vírus. Acredito que o mais importante neste momento é mostrar que temos direito à cidade, a ocupar diferentes espaços. É essencial que as pessoas nos vejam como cidadãs de fato, participando da vivência nos mais diversos lugares”, acredita.

Gilmara Cunha, que recebeu, em 2015, a Medalha Tiradentes pelo seu trabalho no grupo Conexão G, tem o pensamento alinhado



com o de Indianara. Cria da Maré, a estudante de psicologia chama a atenção para um dado marcante: a expectativa de vida de uma pessoa trans no Brasil é de 35 anos, o que representa metade da média nacional. “Isso é inadmissível. É

preciso que se efetive, com urgência, o direito à vida. Corpos trans ainda são invisibilizados e marginalizados dentro e fora da favela. Mas para corpos favelados e especialmente corpos pretos, a violência é maior”, relata.

Gilmara e Indianara são figuras reconhecidas por seu importante trabalho, ambas seguem na luta com 37 e 50 anos de idade, respectivamente. A paranaense Indianara — que também se identifica como Indianare e vive no Rio desde 1996 — teve sua vida contada em um filme exibido no Festival de Cannes, em 2019. Aos 27 anos, a acompanhante **Ludmylla**, mais conhecida como Mylla, ressalta o quão vital é falar sobre os corpos trans para que suas existências não sejam vistas como algo à parte da sociedade. “Isso (o mês da visibilidade trans)** significa muito pra gente. Precisamos que nos vejam como pessoas: seres humanos de luz e que merecemos brilhar como todos outros seres humanos”, afirma.



Avanços e combate à marginalização

Pela primeira vez na história uma atriz trans foi premiada pelo seu trabalho com o Globo de Ouro (uma das mais importantes honrarias do universo cultural). Aos 31 anos, MJ Rodriguez recebeu no dia 10 de janeiro o prêmio de Melhor Atriz pela série *Pose*, da Netflix, e declarou que tinha o sonho de mudar a mente dos outros com amor. “O amor vence. Para meus jovens bebês LGBTQIA, estamos aqui! A porta está aberta. Agora, alcancem as estrelas”, celebrou.

É um consenso na comunidade trans de que houve melhoras ao longo dos anos. “Nós, que integramos a luta desde os anos 1990, sabemos: não po-

díamos sair de casa durante o dia sem que a polícia nos levasse para a delegacia. Tinha que ter muita passabilidade *possibilidade de ser reconhecida como uma mulher cisgênero, ou seja, com aquelas que se identificam com o gênero de nascimento* ou não ser reconhecida pela polícia porque você podia ser presa por vadiagem, sem motivo nenhum. Hoje ainda continua existindo a violência, mas as coisas mudaram”, explica Indianara. Esse cenário é retratado no seriado *Pose*, em sua leitura estadunidense.

Então quais foram esses avanços? Com muita luta, as pessoas trans passaram a ter direito ao nome social reconhecido; foi aprovada a mudança de nome no registro civil sem necessidade de cirurgia; o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS) está garantido; o direito à doação de sangue; retirada da classificação da transexualidade como transtorno mental (somente em 2018) e a criminalização da transfobia. Mas a jornada está apenas começando.

Para Gilmara, as pessoas cis precisam fazer diversos questionamentos para que continuemos avançando. “Quantas amigas trans você tem? Quantas pessoas trans estavam na sua ceia de Natal? Com quantas pessoas trans você já namorou? Com quantas pessoas trans você já trocou uma ideia à luz do dia? O primeiro passo é desmarginalizar essas vivências. Há muito desconhecimento sobre a população trans e o desconhecimento é a base do preconceito. Pessoas cis precisam se abrir pra conhecer sobre essas vivências e as principais demandas pra se juntar à luta”, aponta a ativista.

*O termo transvestigênera, que reúne as identificações trans, travesti e transgênero, foi cunhado recentemente por Indianara e pela vereadora de São Paulo Erika Hilton.

** Texto publicado no site do Maré de Notícias em janeiro, Mês da Visibilidade Trans e Travesti

Transição e paternidade trans sem exotização

Conheça a trajetória de afeto e respeito do artista Zayre Ferro e seu filho adotivo João

SAMARA OLIVEIRA

Ainda é frequente vermos a sociedade tratar a paternidade transexual de forma sensacionalista e desrespeitosa — como algo “exótico” e bizarro. **Zayre Ferro**, multiartista de 29 anos, é uma das pessoas que lida com as dores e as delícias da paternidade trans. O filho do artista, João, de apenas sete anos, tem muito que ensinar sobre respeito, empatia e, principalmente, sobre a naturalização dos corpos trans para a sociedade.

Antes da transição de gênero do artista, João se referia a Zayre como mãe, pelo vínculo que já possuíam. No entanto, assim que o artista comunicou que não era uma mulher para o menino, no dia seguinte João já o chamou de pai.

“Quando o Zayre nasceu, o pai do João nasceu. Ele sempre me apoia. Tanto no meu processo de transição emocional, quanto no processo hormonal. Ele que fala que estou lindo, ele que acha minhas roupas bonitas e descoladas. Meu filho é o meu melhor amigo, meu maior incentivador. Só de falar sinto vontade de chorar”, relembra, emocionado, o morador do Morro do Otto, em Niterói, região metropolitana do Rio.

O Brasil é um lugar perigoso para pessoas trans e, com base nisso, Zayre reforça um dos seus maiores desejos: “Não quero que meu filho seja atravessado pela transfobia”. Para o artista, os maiores desafios são externos.

“Com o meu filho propriamente dito, eu não tenho nenhum desafio sobre isso. É a galera normativa que não está preparada para a inclusão de pessoas trans nas áreas comuns. Muita gente ainda reforça o este-

reótipo de que as pessoas trans são promíscuas, que vão estar só nas ruas, nas esquinas”, diz.

Ele conta que, “quando eu tô na reunião dos pais na escola do meu filho, é um pouco complicado. Nas primeiras vezes que eu fui me senti muito ansioso, muito em crise, porque eu vi os olhares das pessoas e tal. Mas com meu filho, eu nunca tenho problema nenhum, sabe? As pessoas falam assim: ‘Nossa, mas é seu pai?’ João fala: ‘Sim, é o meu pai’”.

Processo de adoção

Ser pai não era um sonho cultivado pelo artista. A ausência paterna na sua vida o fez criar certa resistência. Antes da sua transição de gênero, ele foi escolhido pela família biológica de João para ser o padrinho do menino. Mas quando João nasceu, Zayre e sua mãe se tornaram a principal rede de apoio para a família da criança. Segundo ele, o vínculo se deu de tal forma que foi o próprio João que começou a chamá-lo de mãe na época.

Com a família biológica do pequeno cada vez mais em situação de vulnerabilidade e o vínculo se estreitando, as famílias legalizaram junto à Vara da Família o processo de adoção de João pelo artista quando o pequeno tinha quatro anos. “Quando eu vi João pela primeira vez, já me apaixonei de uma forma muito doída. Ele é meu amor de todas as vidas. A palavra ‘pai’ foi muito doída de ouvir. Eu transicionei e no outro dia ele falou: ‘pai’. Tomei um baque, um choque. Eu não tive pai, isso me remetia à ausência. Pensei realmente em ser para ele o pai que eu não tive, sabe? Presença, atenção, carinho, explorar



Se antes da transição de gênero João o chamava de “mãe”, agora Zayre ouve o filho dizer “pai”: “Meu filho é o meu melhor amigo”

sentimentos e respeitá-lo”, explica.

Transição e arte

O primeiro contato de Zayre com o mundo artístico se deu ainda no ensino fundamental com a banda da escola. Depois de um período afastado da arte, ele conheceu os projetos audiovisuais criados na Casa Nem, centro de acolhimento do Rio que abriga pessoas LGBTQIA+, e foi então novamente fisgado.

A transição de gênero do pintor se deu justamente através da arte. À medida que produzia suas criações, ainda de forma anônima, Zayre retomou sua própria identidade enquanto pessoa trans. Com isso, também se reconheceu enquanto artista, passando a ganhar dinheiro com seus quadros. Ao mesmo tempo, teve imediatamente sua transição reconhecida por uma das pessoas que mais importa para ele: João, seu filho.

O momento de transição é um processo que, apesar de libertador, traz insegurança, medo e muitos ques-

tionamentos: “Como contar para minha família?” “Vou ser expulso de casa?” “Vão me aceitar?” “Vou ter ajuda para passar por isso?” O caso de Zayre não fugiu a essa realidade. Antes mesmo de se entender como trans, brigou com a família por se relacionar com mulheres e saiu de casa aos 16 anos. “Foi uma decisão dolorosa, mas precisei me escolher”, diz.

Depois da briga, viveu um tempo sozinho, mas conseguiu reconstruir a relação com a mãe, com quem vive até hoje. Em 2020, no dia do seu aniversário, Zayre anunciou no seu Facebook: “Neste dia tão especial, eu compartilho com meus amigos meus novos ciclos. É nesse (dia que) eu faço 28 anos e me entendo nos pronomes masculinos e neutros, eu já tive medo de vir aqui nessa rede pra falar isso e hoje eu tenho orgulho. EU SOU UMA PESSOA TRANS. Feliz vida pra mim sendo cada vez mais eu mesmo”, escreveu, recebendo felicitações e apoio dos amigos na rede social.



Uma luta que não começou ontem

Conquistar espaços na busca pela igualdade na política e na sociedade é uma batalha diária e incansável

RANIERY SOARES

É ano eleitoral e debater representatividade na política é cada vez mais importante. Nos últimos anos, personalidades abertamente LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e outros) foram eleitas e travaram batalhas importantes dentro do Legislativo — mas sua luta também se estendeu àquela por suas vidas.

Jean Wyllys foi eleito para a Câmara dos Deputados em 2010 e depois, em 2014 e 2018, mas renunciou ao último mandato e saiu do país por conta de ameaças de mortes. No Rio, a cria da Maré Marielle Franco foi a primeira mulher negra e bissexual eleita para a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. Em seu mandato, levou as pautas das mulheres lésbicas e bissexuais para dentro do legislativo carioca, antes de ser morta em um atentado, na noite do dia 14 de março de 2018.

Companheira de Marielle à época do crime brutal em pleno Centro do Rio de Janeiro, a vereadora **Monica Benicio** (PSOL) analisa o cenário de intimidação constante: "Vivemos em uma sociedade extremamente conservadora e LGBTfóbica que nos violenta constantemente, não reconhece a nossa existência, as nossas

identidades e os nossos desejos como legítimos, logo não nos reconhece em nossa humanidade.

Segundo ela, "quando falamos de pessoas LGBTQ+ em territórios de favelas, falamos de violações de direitos humanos específicas, múltiplas e agravadas, dado o caráter instituído da política de 'insegurança' pública, as dinâmicas de pobreza desses territórios, opressões de gênero e raça e a dificuldade de acesso a serviços básicos, como educação, saúde e lazer".

Em 2018, o Brasil elegeu o maior número de pessoas LGBTQIA+ da história: 160, segundo dados divulgados pela Aliança Nacional LGBTI — um crescimento de 386% em relação ao último pleito. Entre os eleitos estão as deputadas estaduais Erica Malunguinho (PSOL-SP) e Leci Brandão (PT-SP), e o senador Fabiano Contarato (Rede-ES) — todos eles diariamente travam batalhas pela causa LGBT. Em 2020, foram eleitas as vereadoras Monica Benício (PSOL/RJ), Tainá de Paula (PT-RJ) e Duda Salabert (PDT-MG).

Para Monica, a estrutura da sociedade brasileira é discriminatória e coloca diversas barreiras para evitar que pessoas LGBTQIA+ ocupem espaços de poder, seja pelas dinâmicas da vida que impõe outras prioridades, pela falta de oportunidade ou

ACERVO PESSOAL / RANIERY SOARES



Tempo de mobilização: é importante que manifestações inclusivas se reflitam dentro das casas legislativas pela falta de visibilidade.

"Isso impede que muitas pessoas nos conheçam de fato e votem na gente para ocupar espaços de poder. Ter uma representante que conheça e reflita diretamente a vivência na periferia, nos movimentos sociais e na defesa das pautas de minorias é um avanço fundamental. Principalmente pelo que passa hoje o Brasil, um processo de ataque aos direitos conquistados", diz.

A vereadora reforça a importância da representatividade, especialmente em um momento tão complicado para existências "fora do padrão". "É justamente por todo esse cenário que é importantíssimo que cada vez tenhamos mais pessoas

LGBT+ na política reafirmando e lutando pelos nossos direitos, mas acima de tudo, enfrentando as opressões que fazem da nossa sociedade uma sociedade tão desigual e injusta para a maioria da população", afirma.

Uma Maré LGBTQIA+

Ao abordar o início da militância LGBT organizada no maior conjunto de favelas do Rio, o pesquisador e artista **Wallace Lino** publicou um artigo no qual a "Noite das Estrelas" é apresentada: "Eram antigos shows criados por LGBTQ+ na Maré, no Rio de Janeiro, durante as décadas de 1980 e 1990. A abordagem pretende apresentar fragmentos da pesquisa desenvolvida pelo pro-

jeto *Entidade Maré* na costura de pensamentos de intelectuais negras e negros para estabelecer a Noite como material vivo das grafias e explosões do amor, cosmopoéticas e memórias negras LGBTQ+ faveladas. Uma resistência cultural e corporal LGTB+ dentro do conjunto de favelas”.

O movimento LGBT de Favelas não ficou estagnado; em 2006, nascia o Grupo Conexão G de Cidadania LGBT de Favelas, fundado por **Gilmara Cunha**, mulher trans, negra e da Maré. O grupo era formado por jovens que resolveram agir para minimizar os preconceitos vividos por pessoas LGBT dentro dos territórios de favelas do Rio de Janeiro. Em 16 anos de luta, o Conexão G conquistou para a Maré um Centro de Cidadania LGBT+, aparelho do governo estadual que oferece atendimento multidisciplinar com auxílio jurídico, psicológico e social.

Gilmara é a diretora-geral do grupo, e afirma que “a chegada deste equipamento, o primeiro da América Latina em um território de favelas, é muito importante e necessário para pensar estratégias de prevenção a vida da nossa população LGBTQIA+ favelada. Nunca na história do Brasil houve um equipamento que pensasse especificamente no favelado”. Segundo ela, “quando penso nos crimes de ódio que nossa população vivencia cotidianamente, tenho certeza de que é preciso levar esses equipamentos para outras favelas”.

Na Maré, o movimento LGBTQIA+ é organizado e diverso. O ano de 2016 é o da criação da Coletiva Lésbi de Favelas, um grupo de mulheres lésbicas e bissexuais que pensam políticas públicas dentro dos territórios de favelas. Em 2018, o grupo passou a se chamar Coletiva Lésbica da Maré e inaugurou um espaço no Pinheiro,

uma das favelas da Maré. O objeto é acolher mulheres lésbicas em situação de vulnerabilidade social, que tenham sido expulsas de casa e vivem em contexto de violência doméstica.

Histórico de luta

De uma violência policial à visibilidade internacional da luta pela existência: essa é a história do movimento LGBTQIA+, cujo marco fundador é a revolta de Stonewall Inn, um bar localizado em Nova York, nos Estados Unidos em 28 de junho de 1969. Na madrugada deste dia, um grupo de policiais, à revelia do acordo feito entre as autoridades e o mafioso Tony Lauria, deu uma batida no bar (um dos únicos lugares a servir bebida à população LGBTQIA+, já que a esta era vetada a licença para comercializar álcool).

A violência policial contra quem se divertia no local teve como resposta a resistência de travestis. Uma grande figura surgiu daquelas duas noites de enfrentamento: Marsha P. Johnson. Sua oposição contra a truculência inspirou uma luta internacional em busca de visibilidade e direitos para a população LGBTQIA+ em todo o mundo. Apesar de ser inegavelmente uma figura importante neste episódio histórico, Johnson negou que tenha sido uma das pessoas que iniciou a revolta.

Os efeitos da Revolta de Stonewall Inn, como ficou conhecida, foram sentidos nos EUA e no mundo inteiro, dando

origem ao Dia do Orgulho LGBTQIA+. Uma das principais consequências da rebelião foi a criação de grupos expressivos no Movimento LGBTI dos Estados Unidos: o Gay Liberation Front (GLF) e o Gay Activist Alliance (GAA) e o coletivo STAR (Street Transvestite Action Revolutionaries), criado por Sylvia Rivera e Marsha P. Johnson, na Universidade de Nova York. O objetivo era fortalecer a comunidade e aprovar importantes leis para a população LGBTI na cidade.

Resistência nacional

No Brasil, em plena ditadura militar, as primeiras tentativas de organização política da população LGBTQIA+ ocorreram no fim dos anos 1970. No Estado do Rio de Janeiro, em 1978, foi publicado o número zero do jornal *Lampião da Esquina*, destinado especificamente a essa população. O *Lampião* circulou de 1978 a 1981.

Ainda na ditadura militar, em 1983, nossa Stonewall Inn ocorreu em São Paulo: o levante no Ferro's Bar foi protagonizado por mulheres lésbicas e apoiado por grupos feministas. Conhecido como um bar lésbico, a partir do preconceito dos donos do estabelecimento, um ato político deu origem ao que ficou conhecido como Stonewall Brasil. Por conta desse levante, o dia 19 de agosto tornou-se a data na qual se comemora o Dia do Orgulho Lésbico na cidade de São Paulo.



ACERVO PESSOAL / RANIERY SOARES

Cores do arco-íris sempre são vistas durante os protestos e a simbologia é significativa para se pensar a inclusão LGBTQIA+.

Saiba mais sobre nossos repórteres convidados



Vitor Felix - 27 anos, mestre em Letras pela UERJ, pesquisador de literatura contemporânea, atualmente professor do ensino básico na modalidade EJA, ilustrador de dois livros infantis e escritor.

Dayana Gusmao - Assistente social, mestranda no programa de pós graduação em Memória Social - Unirio, assessora de gênero e raça na Fiocruz, fundadora da Coletiva Resistência Lésbica da Maré, coordenadora da Casa Resistências - Espaço de Cultura Mareense assina.



Jean Carlos Azuos - Curador do Galpão Bela Maré, mestre em Artes pelo PPGARTES/UERJ e doutorando em Literatura, Cultura e Contemporaneidade pela PUC-Rio. Pesquisa e desenvolve articulações no campo artístico-cultural que debatem questões anticoloniais, de gênero e outras dissidências.



Veridomar da Glória - Morador da Maré e conhecido como veri-vg, é fotógrafo da Agência Escola Imagens do Povo. Sua formação profissional inclui a Escola de Fotógrafos Populares (2009) e os cursos Educadores em Fotografia (2010) e Capacitação: Fotografia, Arte e Mercado (2013), todas pelo Programa Imagens do Povo, do Observatório de Favelas RJ.



Gabriel Horsth - Artivista e comunicador social. Estudante de Jornalismo na FACHA. Compõe a coordenação geral do Centro de Teatro do Oprimido, onde atua também como coordenador do Quilombo de Comunicação. Integrante do Grupo Cor do Brasil e do Movimento Cor de Anastácia. Idealizador do Laboratório LGBTQIA+.



Raniery Soares - Cria e morador da Maré, estudante de Letras-Literatura UFRJ, Comunicador Social, Mobilizador territorial, coordenador do Grupo Conexão G de Cidadania LGBT de Favelas e assessor parlamentar na Alerj.



SUDOKU

Preencha os espaços vazios com algarismos de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir nas linhas verticais e horizontais, nem nos quadrados menores (3x3).

© Revistas COQUETEL

www.coquetel.com.br

			2	1		4		
3				6				
		5		3	8			
7	9	1						6
6					2	1	5	
		2	9		5			
			4					9
	6		1	7				

Solução

4	8	3	7	2	1	6	9	5
9	2	3	5	4	7	8	1	6
1	8	7	4	3	9	2	6	5
2	9	6	8	5	7	1	4	3
5	6	4	8	3	7	9	2	1
8	7	1	4	7	9	6	2	5
6	8	5	3	1	4	7	9	2
2	7	9	1	5	8	2	4	3
3	2	4	8	6	9	1	5	7
8	7	6	2	5	1	9	4	3

Sudoku
O MELHOR DO BRASIL

www.coquetel.com.br

	1	5	2		3			
5								9
		9	3					
9	3				6			4
6	7				1			8
		3	1					
8								7
	5	4	8		1			

O MARÉ DE NOTÍCIAS
TAMBÉM É SEU!

Fale com a gente!

(21) 97271-9410